

Ata n.º 179 / XII / 4.ª SL

Aos vinte e oito dias do mês de abril de 2015, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata.

Foi a seguinte, a **Ordem do Dia** (OD):

1. Informações.
2. Apreciação de Parecer:

Relatório do Governo “Portugal na União Europeia 2014”.
Deputada Relatora, Carla Cruz (PCP)

3. Aprovação da Ata nº 174, de 31 de março de 2015.
 4. Outros assuntos.
-

Aberta a reunião, o Senhor Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, iniciou os trabalhos pelo **Ponto 1.** da OD, informando a Comissão do seguinte:

- Foi anulada a visita oficial do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, ficando prejudicada a respetiva audiência na CNECP.
- Em virtude da realização das jornadas parlamentares do Bloco de Esquerda nos dias 18 e 19 de maio, a reunião da CNECP passará para o dia 20 de maio.

- Em contacto informal, o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (MENE) solicitou que a audição regimental inicialmente prevista para doze de maio passasse para dois de junho seguinte.

Sobre esta questão, pediu a palavra a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para manifestar o receio do seu Grupo Parlamentar de que o atraso solicitado possa vir a implicar a inexistência de espaço para a realização das restantes audições regimentais ainda por realizar.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)**, sugerindo a tentativa de ajustamento junto do MENE de uma data mais próxima.

Interveio o Senhor **Deputado Ricardo Batista Leite (PSD)** que, agradecendo a proficiência do Senhor Presidente, bem como dos serviços da Comissão, na busca de uma solução para a realização das audições em falta, para mais numa fase muito avançada da sessão legislativa.

Em conclusão, o Senhor **Presidente** lembrou ser necessária alguma flexibilidade, pois o MENE responde perante várias Comissões Parlamentares. Consequentemente, e com a concordância de todos incumbiu os serviços de, desde já, tentar agendar com o MENE todas as audições ainda por realizar, começando já a de 2 de junho.

Passados ao **Ponto 2.**, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para apresentação do Parecer sobre o Relatório do Governo “Portugal na União Europeia 2014”. Começou por circunscrever o objeto material do seu Parecer () , à parte do Relatório relevante para efeito das competências adstritas à CNECP. Explicou a opção pela seletividade relativamente às matérias que considerou mais importantes, até pelo facto de, para este ano, ter igualmente cabido à CNECP avaliar a parte referente à “aplicação do direito”. Seguidamente, explanou sobre a estrutura do Relatório, passando de seguida à descrição dos aspetos materialmente mais relevantes. Sublinhou que o Grupo Parlamentar do PCP não acompanha a política de construção europeia perfilhada pelo Governo,

designadamente no âmbito da PESD, bem como diversos Acordos e Tratados, como por exemplo, o institutivo do Tribunal Unificado de Patentes, recentemente discutido na CNECP. Conclui, afirmando que o Relatório reúne condições para ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus, para os efeitos devidos.

Tomou a palavra o Senhor **Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD)** para felicitar o extenso e pormenorizado trabalho da Autora do Parecer, cuja avaliação é frontalmente contrária à do PSD, embora a opinião política não seja objeto de votação. Saudou a referência expressa quanto à política de alargamento da União, lembrando, relativamente ao Acordo Transatlântico de Comércio estar o mesmo ainda numa fase muito inicial de negociação, com diversas potencialidades por explorar.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para felicitar, em nome do seu Grupo Parlamentar, o trabalho desenvolvido, objetivo e rigoroso. Pela sua relevância, sinalizou as referências à participação de Portugal no reforço do relacionamento europeu com o continente africano, bem como à cooperação, designadamente com o Brasil que poderia, porém, ter sido aprofundada. Não acompanhou as opiniões da autora, tanto na análise como no léxico utilizado, tendo considerado que o trabalho do Governo poderia ter sido diferente para melhor.

Colocado à votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

Transitados para o Ponto 3. da OD, foi lida a Ata n.º 174, de 31 de março, a qual foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Nada mais havendo a registar, o Senhor **Presidente** agradeceu a participação dos membros da Comissão, e deu por encerrados os trabalhos, pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos

Palácio de S. Bento, 28 de abril de 2015.

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Carina Oliveira
Carla Cruz
Carlos Alberto Gonçalves
Celeste Correia
Feliciano Barreiras Duarte
Glória Araújo
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria José Moreno
Paulo Pisco
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Filipe Lobo D' Ávila
Nuno Magalhães

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves
Helena Pinto
Maria Manuela Tender



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Mário Magalhães

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 28/07/2015, existindo registo áudio integral da mesma, acessível em:

http://media.parlamento.pt/site/XIILEG/4SL/COM/12-CNECP/CNECP_20150428.mp3